



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



13 de 19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

3. Ação Reivindicatória proposta por Sebastiana Ferreira Guimarães Scarabelli e Outros, onde os autores alegam, em síntese, que seriam herdeiros de um imóvel localizado em Padre Carvalho, onde foi instalada a ETE da COPANOR, imóvel que descobriram após o falecimento do pai e o levantamento de bens para o inventário. Está, atualmente, em fase de perícia técnica para apuração dos fatos. Em princípio, o levantamento feito pela própria COPANOR indica que o imóvel tratado na ação não é o mesmo em que se encontra a ETE e, mais, que aquele reivindicado pelos Autores já teria sido vendido a terceiros (Empresa Florestal). Contudo, a Companhia aguarda o resultado do laudo pericial. O valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$5.204.

4. Ação ajuizada pelo Município de Ipatinga alegando que a COPASA MG não teria cumprido acordo com ele celebrado, que lhe concederia desconto nas tarifas de água e esgoto. O processo está cadastrado pelo valor da causa e expectativa de êxito "possível" em atendimento às regras de reconhecimento de provisões da Companhia. Está, atualmente, em fase de tentativa de conciliação (processo ainda no início da tramitação). A Companhia aguarda os próximos movimentos processuais para reavaliar o seu cadastramento e classificação. O valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$6.110.

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 18 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Andradás, Araçuaí, Barbacena, Cataguases, Confins, Congonhas, Curvelo, Esmeraldas, Guaxupé, Guimaraes, Igaratinga, Lagoa Santa, Mirai, Montes Claros, Nanuque, Patos de Minas, Pirapetinga, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Sabará, São Sebastião do Paraíso, Serra da Saudade, Ubá e Vazante. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

(ii) Tributárias

1. Ação de execução fiscal na qual o Município de Montes Claros visa ao recebimento dos créditos tributários inscritos nas Certidões de Dívida Ativa nºs 3496/2015; 3497/2015; 3498/2015; e 3499/2015, no valor de R\$9.021. O crédito tributário exequendo tem natureza jurídica de imposto, especificamente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, de competência municipal, entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003. Dessa forma, a COPASA MG indicou em garantia um bem imóvel, que foi aceito pelo Município de Montes Claros e, por conseguinte, o Juízo Estadual declarou a execução fiscal. A COPASA MG ajuizou os embargos à execução visando a declaração de nulidade do crédito exequendo, ao argumento de que: (i) as CDA's são nulas, por ausência de requisitos formais essenciais; (ii) a COPASA MG gozava de imunidade tributária na época dos fatos geradores (2000/2003); (iii) os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário jamais constituíram fato gerador do ISSQN. O MM. Juízo julgou, por sentença, precedente os embargos à execução ajuizados pela COPASA MG, razão pela qual declarou que o débito cobrado pelo Município de Montes Claros é indevido, sendo que referida ação ainda será apreciada pelo TJMG, em reexame necessário. O valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$10.500.

A Companhia avaliou o momento do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS, à luz do disposto nas Leis nºs 11.488/07, 11.638/07 e 12.973/14. A Administração da Companhia, amparada em parecer de assessores legais externos sobre a interpretação do momento do aproveitamento destes créditos, entende ser adequado o procedimento atualmente adotado. A Companhia estima que o risco envolvido neste assunto é de aproximadamente R\$33.478, sendo que os assessores legais externos avaliam como possível as chances de perda da Companhia numa eventual discussão judicial.

14. Participação nos Lucros e Resultados

O cálculo da Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados da Empresa é limitado a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal. A distribuição dessa participação é realizada de forma linear para todos os empregados, desde 2008.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou R\$36.913, referentes à participação dos empregados no resultado auferido no exercício (R\$35.236 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldos ainda não liquidados no valor de R\$17.448 (R\$25.342 em 31 de dezembro de 2017).

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições.....	731.872	758.700	731.872	758.700
Alíquota nominal.....	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal.....	(248.836)	(257.958)	(248.836)	(257.958)

IRPJ e CSLL sobre:

(Adições)/exclusões	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Equivalência patrimonial.....	(4.419)	(2.518)	-	-
Doações e subvenções.....	-	2.705	-	2.705
Outras (adições)/exclusões.....	574	(2.738)	(3.845)	(5.256)
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio.....	93.460	52.443	93.460	52.443
Incentivos fiscais.....	6.049	9.804	6.049	9.804
IRPJ e CSLL.....	(153.172)	(198.262)	(153.172)	(198.262)
IRPJ corrente.....	(112.814)	(136.080)	(112.814)	(136.080)
IRPJ diferido.....	1.789	(7.106)	1.789	(7.106)
CSLL corrente.....	(42.791)	(52.518)	(42.791)	(52.518)
CSLL diferida.....	644	(2.558)	644	(2.558)
IRPJ e CSLL.....	(153.172)	(198.262)	(153.172)	(198.262)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	31/12/2017	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2018
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	10.598	-	4.953	15.551
Provisão para demandas judiciais.....	47.460	-	4.554	52.014
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultados abrangentes	4.928	15.907	-	20.835
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos.....	53.851	-	(2.727)	51.124
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro.....	95.126	-	14.966	110.092
Provisão do ISSQN - encontro de contas PBH.....	15.018	-	(6.931)	8.087
Varição cambial sobre empréstimos.....	10.405	-	4.206	14.611
Outras provisões temporárias diversas.....	18.425	-	(274)	18.151
Total do ativo.....	255.811	15.907	18.747	290.465
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Varição cambial sobre empréstimos.....	5.768	-	(687)	5.081
Margem da receita de construção diferida.....	36.686	-	(1.747)	34.939
Capitalização do ativo financeiro descontado.....	54.422	-	13.843	68.265
Custo de captação pela emissão de debêntures.....	-	-	2.487	2.487
Provisão para ajustes de CPC's - resultados abrangentes.....	22.870	(3.069)	-	19.801
Total do passivo.....	119.746	(3.069)	13.896	130.537
Total líquido.....	136.065	18.976	4.851	159.892

Em 28 de fevereiro de 2019, o Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico referente ao exercício de 2019, elaborado pela Companhia, referente à projeção de lucratividade futura, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os eventos tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2018, conforme estimativa a seguir:

Expectativa de realização do ativo diferido	Controladora / Consolidado
Em 2019.....	25.615
Em 2020.....	33.171
Em 2021.....	10.855
Em 2022.....	10.855
Em 2023.....	10.836
Em 2024.....	10.833
Em 2025.....	10.488
Em 2026.....	3.353
Em 2027.....	3.353
Em 2028.....	3.353
Após 2028.....	144.200
Total.....	266.912

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

16. Convênios de Cooperação Técnica

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	Controladora		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2018			
Estado.....	65.183	(47.896)	17.287
Outros.....	315.705	(223.850)	91.855
Total.....	380.888	(271.746)	109.142
31 de dezembro de 2017			
Estado.....	62.866	(44.462)	18.404
Outros.....	280.315	(218.726)	61.589
Total.....	343.181	(263.188)	79.993

	Consolidado		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2018			
Estado.....	636.649	(607.495)	29.154
Outros.....	315.705	(223.850)	91.855
Total.....	952.354	(831.345)	121.009
31 de dezembro de 2017			
Estado.....	633.858	(604.058)	29.800
Outros.....	280.315	(218.726)	61.589
Total.....	914.173	(822.784)	91.389

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações de longo prazo.....	105.483	80.083
Obrigações de curto prazo.....	23.748	21.986
	129.231	102.069
Contribuições normais.....	15.598	14.102
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial⁽¹⁾	144.829	116.171

⁽¹⁾ Com a instituição da paridade contributiva a Companhia passou a contribuir mensalmente com o mesmo valor da contribuição dos empregados participantes, incluindo a contribuição extraordinária, o que gerou um passivo cujo valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$52.713 (R\$72.599 em 31 de dezembro de 2017).

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

Plano RP1 - BD.....	1.198	1.797
Plano COPASA Saldado - BD.....	7.260	11.096
Novo Plano COPASA - CD.....	(316)	(1.240)
	8.142	11.653

Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício..... (30.877) 9.517
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício..... 40.442 9.565

A Companhia assinou, em 07 de dezembro de 1982, convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual Plano RP1-BD (Benefício Definido) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o Plano COPASA Saldado-BD (Benefício Definido), criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o Novo Plano COPASA-CD (Contribuição Definida) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2018 o Plano RP1 possui 97 participantes ativos, 12 remidos e 170 assistidos; o Plano COPASA Saldado 1.110 participantes ativos, 7 remidos e 2.002 assistidos; e o Novo Plano COPASA 10.150 participantes ativos e 1.042 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo Plano RP1-BD, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo Plano COPASA Saldado-BD são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; e b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo Novo Plano COPASA-CD são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas com base nas normas legais vigentes.

a) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações financiadas.....	(1.195.357)	(1.111.006)
Valor justo dos ativos do plano.....	1.101.604	1.043.048
Efeito do teto do ativo.....	(30.139)	(28.686)
Restrição do déficit contratado.....	(5.340)	(5.425)
Passivo líquido do plano.....	(129.232)	(102.069)

	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro.....	1.111.006	1.043.260
Custo do serviço corrente.....	(1)	(79)
Custo financeiro.....	106.299	113.783
Contribuições dos participantes do plano.....	1.142	1.151
Remensurações atuariais.....	45.418	19.063
Benefícios pagos pelo plano.....	(69.491)	(66.172)
Contribuições extraordinária ativos.....	222	-
Contribuições extraordinária assistidos.....	762	-
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro.....	1.195.357	1.111.006

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro.....	1.043.048	939.225
Retorno real sobre os ativos do plano.....	98.156	142.694
Contribuições do empregador.....	26.840	26.150
Contribuições dos empregados.....	1.142	1.151
Benefícios pagos.....	(69.491)	(66.172)
Contribuições extraordinária ativos.....	222	-
Contribuições extraordinária assistidos.....	762	-
Contribuições extraordinária patrocinadora.....	925	-
Valor justo em 31 de dezembro.....	1.101.604	1.043.048

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços correntes.....	(1)	(79)
Custo financeiro.....	106.299	113.783
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	(101.085)	(104.708)
Juros sobre o efeito do teto do ativo.....	2.929	2.657
	8.142	11.653

b) Valores segregados por Plano de benefício:

1) Plano de benefícios RPI-BD	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações financiadas.....	(58.478)	(54.756)
Valor justo dos ativos do plano.....	49.937	42.219
Restrição do déficit contratado.....	(5.340)	(5.425)
Passivo líquido do plano.....	(13.881)	(17.962)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro.....	54.756	49.814
Custo do serviço corrente.....	252	229
Custo financeiro.....	5.268	5.408
Contribuições dos participantes do plano.....	343	324
Remensurações atuariais.....	1.283	2.246
Benefícios pagos pelo plano.....	(3.424)	(3.265)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro.....	58.478	54.756